



OFICINA DO CES

ces

Centro de Estudos Sociais
Laboratório Associado
Faculdade de Economia
Universidade de Coimbra

RUI NAMORADO

COOPERATIVISMO — HISTÓRIA E HORIZONTES

**Junho de 2007
Oficina nº 278**

Rui Namorado

Cooperativismo — história e horizontes

**Oficina do CES n.º 278
Junho de 2007**

Rui Namorado

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Sociais

Cooperativismo — história e horizontes[♦]

Resumo: Neste texto, vai procurar-se, no percurso inicial do movimento cooperativo moderno, a raiz dos seus possíveis horizontes. De facto, o cooperativismo corresponde a uma dinâmica social, cujos horizontes possíveis só podem compreender-se valorizando-se o seu código genético. Há pois que destacar a cooperação como eixo das organizações que protagonizam a cooperatividade moderna. Uma cooperatividade que emergiu no seio do movimento operário, o que marcou estruturalmente a identidade cooperativa, hoje universalmente aceite. Por isso, se vai lembrar o que de mais importante ocorreu neste campo, nos países europeus que mais marcaram o surgimento do movimento cooperativo. E é aí onde, verdadeiramente, se radicam os horizontes cooperativos, para cujo desenho se procura depois contribuir.

1. Introdução

1.1. A distorção mediática, espelho da ideologia dominante, tende a reduzir o cooperativismo a uma difusa sombra de si próprio, sugerindo-o como um resíduo utópico de uma época passada. Um simples olhar para os dados estatísticos fornecidos pela Aliança Cooperativa Internacional permitirá, no entanto, mostrar como essa imagem mediática nos afasta da realidade. De facto, um movimento social que envolve hoje, em todo mundo, mais de setecentos milhões de cooperadores¹ não pode ser confinado à marginalidade. É preciso, por isso, fazer regressar o cooperativismo ao seu lugar, dando-lhe uma importância que realmente o reflecta.

Vou usar neste texto a palavra cooperativismo como se ela significasse o mesmo que a expressão fenómeno cooperativo, embora seja possível reconhecer facilmente algumas diferenças. A primeira tem, na verdade, desde logo, uma conotação doutrinária e normativa mais nítida, reflectindo talvez melhor a ideia de movimento e de dinâmica.

[♦] Este texto teve por base uma conferência proferida, em 29 de Agosto de 2006, em Curitiba, com a qual foi aberto o 1º Seminário de Direito Cooperativo, Políticas Públicas e Cidadania, realizado na Universidade Federal do Paraná.

¹ A consulta dos dados estatísticos fornecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), através do seu *site* ou das suas publicações oficiais, permitirá confirmar facilmente estes números.

A segunda parece ter uma vocação descritiva mais acentuada. Mas a fungibilidade entre ambas, quanto ao essencial, não me parece que possa ser posta em causa.

1.2. Na história do cooperativismo vou valorizar particularmente a sua génese, as suas raízes estruturantes, procurando nos segmentos iniciais da sua trajectória histórica os aspectos mais sintomáticos da sua evolução.

Quanto à procura do que há de mais esperançoso nos horizontes que se oferecem como possíveis à evolução do fenómeno cooperativo, darei o devido relevo à ambição utópica inscrita na cooperatividade. Uma ambição utópica feita de uma natural intimidade com o futuro e que não se deixa confinar ao tipo de sociedade actualmente dominante.

Numa palavra, vou tentar compreender que futuro espera o cooperativismo, dando toda a importância ao seu código genético, bem como aos aspectos mais marcantes da sua trajectória histórica até ao que podemos considerar a sua maturidade. Mas não vou esquecer que verdadeiramente não há um futuro de esperança para colher sem esforço, nem um horizonte de pesadelo de que se não possa escapar. Entre os futuros possíveis, acontecerá aquele que formos capazes de construir, aquele de que o movimento cooperativo for capaz, em sinergia com o esforço e a inteligência dos cooperativistas e dos cidadãos.

1.3. Nesta introdução pode ser útil incluir como ponto prévio, uma breve memória dos aspectos mais relevantes do fenómeno cooperativo na actualidade.

1.3.1. Ele corresponde a uma vasta rede de organizações empresariais, da mais variada dimensão, com incidência em todos os sectores da actividade económica, envolvendo, como já se disse, mais de 700 milhões de cooperadores, distribuídos por todos os continentes.

1.3.2. Está repartido por mais de uma dezena de ramos cooperativos, entre os quais podem ser destacados: o do consumo, o de crédito, o agrícola, o da habitação, o da comercialização, o da produção operária, o da cultura e o da educação.

1.3.3. Assume, como identidade distintiva universalmente reconhecida, um conjunto de princípios, um leque de valores e uma noção.

1.3.4. A sua energia propulsora advém de uma das principais forças congregadoras das sociedades humanas – a cooperação. Ou seja, estamos perante uma congregação de práticas sociais centrada na cooperação.

1.3.5. O fenómeno cooperativo emergiu historicamente como parcela do movimento operário, tendo-se diferenciado no seu interior sem deixar de ser um dos seus pilares, o que o ligou umbilicalmente ao capitalismo.

1.3.6. Tem uma relação complexa com o capitalismo, pois pode rever-se nele, quer como uma compensação do que no capitalismo seja mais insuportavelmente predatório, quer como um foco de resistência à lógica dominante, quer como um verdadeiro alfobre de alternatividade.

1.3.7. A sua diferenciação, autonomizando-o, consumou e robusteceu a natureza empresarial das actividades por ele implicadas.

1.3.8. É um fenómeno social multifacetado ou, se quisermos, pode encarar-se ou como um movimento social, ou como um sector de propriedade dos meios de produção.

1.3.9. Por último, para o compreender em toda a sua dinâmica, o fenómeno cooperativo pode ser visto como parcela que se integra simultaneamente em várias constelações. Essas constelações, tendo em comum o fenómeno cooperativo, instituem-no como um campo de forças onde se conjugam impulsos diversos. Impulsos de cooperação, pela natureza cooperativa das práticas sociais em jogo; impulsos próprios do movimento operário, por estarmos perante um dos seus pilares; impulsos pela inserção na economia social, por estarmos perante entidades que, claramente, a integram.

1.4. Como segundo ponto prévio, vamos propor uma noção de cooperativa que esgote toda a sua amplitude, valorizando o facto de estarmos perante uma entidade que:

- é uma síntese de associação e de empresa;
- baseia-se na cooperação e na entreatajuda dos seus membros;
- assume como determinantes a democracia interna e a participação;
- não tem fins lucrativos;
- procura responder a necessidades e aspirações, quer económicas, quer sociais, quer culturais;
- é autónoma e independente, em face de quaisquer focos de poder que se lhe queiram impor de fora;

- tem capital e composições variáveis;
- é dotada de personalidade jurídica.

2. A cooperação, como raiz do fenómeno cooperativo

2.1. Destacar a raiz do fenómeno cooperativo está longe de ser um simples ornamento conceptual, destinado a dar cor a uma narrativa histórica. De facto, só assim poderemos compreender a sua lógica mais funda. Só assim poderemos valorizar adequadamente o seu princípio activo. Só assim poderemos ancorar devidamente a sua especificidade incontornável. Mas, fundamentalmente, só assim tornaremos evidente que as práticas cooperativas não são uma prótese doutrinária recente, introduzida circunstancialmente na história pela imaginação de uns poucos e pela força das circunstâncias, destinada a regressar rapidamente ao território perdido das memórias.

De facto, na raiz do fenómeno cooperativo está a cooperação,² esse tecido conjuntivo das acções colectivas, desde sempre presente nas sociedades humanas.

Como é sabido, houve um tempo em que as sociedades humanas sobreviviam na medida em que os seus membros cooperassem entre si. A cooperação era então uma verdadeira condição de sobrevivência. Era a época de uma cooperação livre entre iguais, como expressão directa de uma necessidade colectiva de sobrevivência e progresso, que assim se revelava como um elemento nuclear do tecido social.

Vieram depois as sociedades de exploração, hierarquicamente diferenciadas, em que a colaboração produtiva, necessária à sobrevivência da sociedade, se projectava também como factor de enriquecimento de uma parte das sociedades à custa da outra. A cooperação é agora funcional, decorrendo em termos socialmente construídos, marcados pela distribuição desigual do sobreproduto social, bem como por uma hierarquia imposta que exprime e cristaliza essa desigualdade, juridicamente legitimada e politicamente protegida.

Mas a cooperação livre, conquanto subalternizada, não desapareceu por completo. Permaneceu latente, manifestando-se ao longo dos séculos através dos mais diversos rostos e nos mais dispersos lugares. Foram, de facto, muitos, os fenómenos sociais localmente enraizados, que subsistiram como experiências residuais e como expressões

² Veja-se, no mesmo sentido, Pinho, 1962: 65 e ss; e também 2004: 116 e ss.

de uma energia cooperativa latente, ao longo da história. Recordem-se as diversas formas de organização comunitária da actividade agrícola, as múltiplas uniões profissionais radicadas na solidariedade, os inúmeros fenómenos associativos, tantas vezes religiosamente marcados.³

A título de exemplos, podemos recordar algumas dessas entidades, tais como: as unidades colectivas agrícolas da Babilónia; as associações artesanais do antigo Egipto, da Grécia antiga e de Roma; as sociedades de crédito na antiga China; as “*guildes*” medievais; o socorro mútuo comunal islandês, anterior ao ano mil; o “*mir*” russo; a “*zadruga*” da região balcânica; as “*fruitières*” do Jura; os celeiros colectivos japoneses; os “*ejidos*” mexicanos.⁴

É como se a cooperação livre tivesse sobrevivido ao longo da história como uma energia latente, enquanto as sociedades se estruturavam, com base nos grandes vectores da colaboração forçada, da hierarquia e do conflito.

Como iremos ver, o movimento cooperativo moderno rompeu com esse estado de latência do fenómeno cooperativo, mas não conseguiu ainda arrancá-lo de uma subalternidade que o coloca perante a pressão permanente da lógica e dos valores dominantes.

3. A emergência do movimento cooperativo moderno

3.1. Diferenciação das práticas cooperativas

A emergência do movimento cooperativo moderno traduziu-se na diferenciação das práticas cooperativas, através de organizações específicas. Pode dizer-se que, como realidade socialmente significativa, se afirmou nas primeiras décadas do século XIX, assumindo particular relevância num pequeno conjunto de países europeus – Inglaterra, França, Alemanha, Itália, Bélgica – com destaque para os dois primeiros.

A cooperação instituiu-se como eixo deste novo conjunto de organizações que intervieram na actividade económica, gerando um tipo particular de empresa. Estruturadas com base na cooperação entre os seus membros, deram-lhe centralidade

³ Para um panorama sugestivo desta problemática pode consultar-se a antologia organizada por Ugo Bellocchi (1986), *Il Pensiero Cooperativo dalla Bibbia alla Fine dell' Ottocento*.

⁴ Para aprofundar esta temática, podem ver-se: Verdier, 1974: 3 e ss; Mladenatz, 1969:11 e ss; e Drimer, 1975: 198 e ss.

como o elemento que decisivamente as impulsionou. Mutualizaram uma parte dos interesses dos seus membros, pelo modo como aprenderam a prosseguir-los.

Mas esta mutualização do prosseguimento de interesses comuns não se manifestou como dinâmica isolada. Pelo contrário, emergiu no quadro do movimento operário como um dos seus elementos constitutivos. Afirmou-se como um dos aspectos diferenciados da nebulosa associativa, através da qual o movimento operário de início se materializou. De facto, a forma associativa começou por incorporar todas as manifestações do activismo operário, para posteriormente amadurecer, diversificando-se em entidades claramente distintas entre si.

Foi assim que surgiram o que alguns designaram como os “três pilares do movimento operário”⁵: partidos políticos operários, sindicatos e cooperativas.⁶ A centralidade destes três pilares não impediu o associativismo de continuar como um espaço aberto, onde cabiam todas as actividades culturais, sociais e económicas que não tivessem gerado tipos específicos de organizações. Nalguns casos, ocorreu o que se pode considerar ter sido uma diversificação interna do associativismo, como aconteceu, por exemplo, com as associações mutualistas, com as associações de instrução, com as associações recreativas, com as associações culturais, por vezes circunscritas a um destes tipos de actividades, por vezes assumindo várias, mas sempre sem darem origem a um tipo de organização diferente da associação.

3.2. A experiência de Rochdale

Ponto fulcral da plena autonomização do fenómeno cooperativo e consequente emergência de uma identidade cooperativa específica, tal como hoje a conhecemos, foi a fundação, em Rochdale, pequena cidade inglesa dos arredores de Manchester, da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale.⁷

Se tomarmos como referência a Inglaterra, verificamos que algumas cooperativas surgiram ainda no século XVIII e que muitas nasceram e morreram nas primeiras

⁵ Veja-se Desroche, 1976: 89 e ss, que salienta o papel de Jaurés na difusão desta perspectiva.

⁶ Para uma clarificação do sentido da intervenção do movimento operário nestes três planos, pode ver-se Edwin Morley-Fletcher, 1986: xxxiii e ss.

⁷ *The Rochdale Society of Equitable Pioneers* foi fundada em 1844. Para se saber um pouco mais sobre ela pode consultar-se a *História dos Pioneiros de Rochdale* de G.J. Holyoake; e ainda Bedarida (1972b: 321 e ss), Thorne (1988: 27 e ss) e Hornsby (1988: 61 e ss).

décadas do século XIX (cf. Verdier, 1974: 7). Assim, quando, em 1844, um grupo de operários tecelões de Rochdale se reuniu para constituir a Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale, tinha atrás de si um longo período de dinamismo social que, no campo cooperativo, se manifestou através de uma impetuosa natalidade e de uma não menos forte mortalidade cooperativa.⁸

Foi dessa experiência, mas também do modo como os pioneiros sentiam as sequelas do capitalismo emergente, da necessidade de lhes resistirem, da ambição irreprímível de sonharem para além dele, que resultaram as regras que identificam a sua invenção cooperativa.

Não foi, portanto, a imaginação privilegiada de um pequeno grupo que gerou, como artefacto de génio, um conjunto pragmático de regras que viria a revelar-se fecundo e futurante. Sem retirar mérito à reflexão dos pioneiros, ela alimentou-se de um abundante leque de experiências, a partir de um ponto de vista bem determinado, o ponto de vista dos operários de Rochdale, um ponto de vista inserido no movimento operário.

O êxito da Cooperativa dos Pioneiros de Rochdale validou a experiência e consagrou os princípios e as regras assumidos, instituindo um paradigma cooperativo hoje, mais de 160 anos depois, dominante à escala mundial. E isso só foi possível porque esse paradigma se revelou suficientemente flexível e aberto, para incorporar ajustamentos, alterações e novidades; mas também suficientemente consistente, para se renovar sem se descaracterizar.

De facto, os princípios cooperativos oriundos de Rochdale viriam a ser meio século depois, em 1895, o eixo identificador da cooperatividade, que, na fundação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI),⁹ permitiu fixar em concreto o âmbito da nova organização. E seria a ACI que assumiria a tarefa de manter viva a força e a eficácia desses princípios, textualizando-os especifica e formalmente pela primeira vez em 1936, reformulando-os em 1966 e dando-lhes, no quadro de uma identidade cooperativa integralmente explicitada, o perfil actual em 1995, quando celebrou o seu primeiro centenário.¹⁰

⁸ Para enquadramento desta problemática, pode ver-se Bedarida, 1972a: 257 e ss.

⁹ Para se saber mais sobre a vida desta organização, até 1970, pode ver-se, entre outros, Watkins, 1971: *passim*.

¹⁰ Para um estudo mais aprofundado da identidade cooperativa, podem ver-se: Macpherson, 1996: *passim*); e Namorado, 1995: *passim*, e 2005: 9 e ss.

3.3. As cooperativas e as Internacionais

Este início do trajecto do movimento cooperativo ocorreu no âmbito da implantação do capitalismo como sistema dominante, constituindo um dos aspectos do desabrochar do movimento operário como resistência ao seu predomínio e às suas mais agressivas pulsões predatórias.

As dinâmicas nacionais deste movimento, presentes nos principais países europeus, foram gerando as condições necessárias para a sua internacionalização. Assim, em 1864 foi criada a Associação Internacional dos Trabalhadores, que viria a ficar conhecida por 1ª Internacional, na qual foi clara a proeminência dos franceses e dos ingleses, bem como a influência ideológica de Marx.

Na 1ª Internacional, o fenómeno cooperativo corresponde a um espaço sócio-organizativo demarcado, mas está longe de ser o seu elemento propulsor. Nela se defrontam os seguidores de Marx, os seguidores de Proudhon e os anarquistas (cf. Kriegel, 1972: 616 e ss). A agudização das lutas sociais acentua a hegemonia dos primeiros. Não ocupando as cooperativas, o centro das clivagens entre as correntes referidas, não deixavam contudo de ser encaradas em termos diferentes por cada uma delas. Sem as rejeitarem como elementos coadjuvantes, os marxistas não deixavam de lhes apontar limitações. Mas nas resoluções do Congresso de Genebra, realizado em 1866, pode ler-se: “reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da sociedade actual, baseada no antagonismo de classes” (cf. Marx, 1973: 21-22).

A agudização do combate político e das lutas sindicais, que teriam pouco depois uma expressão extrema e dramática na Comuna de Paris (1870), secundarizaram indirectamente as cooperativas, em virtude da natural proeminência dos combates frontais nas situações de conflito agudo.

Entretanto, a 1ª Internacional entra em crise e acaba por desaparecer em 1876, na Conferência de Filadélfia (cf. Kriegel, 1968: 30 e ss). Foi preciso que passassem mais de doze anos para que o movimento operário readquirisse uma expressão política internacionalmente organizada. De facto, a 2ª Internacional foi fundada em Paris apenas em 1889.

Enquanto a primeira foi, no essencial, uma organização de associações de diversos tipos, fundamentalmente encaradas em pé de igualdade, a segunda assume-se,

predominantemente, como uma internacional de partidos políticos. De uma certa paridade simbólica entre os vários tipos de estruturas do movimento operário, passou-se para uma clara supremacia dos partidos políticos (cf. Kriegel, 1974: 564).

O partido político passa, portanto, a ser a forma dominante do combate operário. Dominante, mas não exclusiva. Jaurés recorrerá à sugestiva metáfora dos três pilares para tornar ostensivo o carácter multifacetado do movimento operário. E para o socialista francês os pilares eram precisamente os partidos políticos operários, os sindicatos e as cooperativas.¹¹

Mas não era pacífica esta visão abrangente do movimento operário. Muitos se deixaram absorver pela actualidade urgente da luta política, pelo imediatismo dos combates sindicais, menosprezando a energia transformadora das cooperativas, menos ostensiva e, por isso, claramente, menos evidente (cf. Desroche, 1976: 87).

Esta secundarização das cooperativas encorajou a atitude simétrica que se manifestou dentro do movimento cooperativo. Alguns sectores foram pugnando com intensidade crescente pela completa independência das cooperativas, perante as outras componentes do movimento operário, em especial e naturalmente, em face da componente dominante, os partidos políticos.

A esta dialéctica perversa da repulsão que estimula a vontade de independência, que por sua vez encoraja a repulsão, somou-se, como expressão vizinha do mesmo problema, a contraposição entre o cooperativismo e o socialismo. Na verdade, sendo os partidos políticos operários, na sua quase totalidade, organizações que tinham como objectivo o socialismo, e sendo as cooperativas a expressão nuclear do cooperativismo, era natural que assim acontecesse.

3.4. O caso da França

Em França, o movimento operário foi particularmente fustigado pelas pulsões fragmentárias acima referidas, por vezes, aliás assinaladas por episódios explícitos que fizeram data (cf. Henry, 1987: 147). De facto, em 1879, no Congresso Operário de Marselha consuma-se a ruptura com o cooperativismo. E desde então seria absolutamente

¹¹ Vejam-se a propósito da teoria dos três pilares: Desroche (1976: 89) e Henry (1987: 227).

nítida a diferenciação, mesmo organizativa, de duas grandes correntes cooperativas: de um lado, os socialistas, do outro, os autonomistas (cf. Rebérioux, 1974b: 148 e ss).

Em 1885, viria a ser criada a União Cooperativa das Sociedades Francesas de Consumo, sob a égide doutrinária de Charles Gide, cristão social, destacado economista e grande paladino da República Cooperativa. Em 1895, constituir-se-ia a Bolsa Socialista das Sociedades Cooperativas, ligada ao movimento socialista, que viria a aderir à Aliança Cooperativa Internacional, em 1902 (cf. Mauss, 1977: 187 e ss).

Nos dois campos, foram-se afirmando posições favoráveis à reunificação. Do lado socialista, revelaram-se como protagonistas particularmente destacados desta corrente de opinião Jean Jaurés (cf. Henry, 1987: 198) e Marcel Mauss (cf. Mauss, 1977: 187 e ss). Do lado oposto, Charles Gide foi particularmente tenaz a pugnar pela reunificação (cf. Gide, 1974: 100-101). Em 1912, o Congresso de Tours foi o da reunificação. Como então afirmou um dos dirigentes mais destacados, Eugène Fournière: “Todos os socialistas devem ser cooperadores, não para servirem o seu partido, mas para realizarem todo o socialismo que a cooperação contém” (Fournière, 1910: 77).

3.5. Ainda a Inglaterra

Voltemos, entretanto, à Inglaterra para dar relevo a mais dois ou três tópicos. Em primeiro lugar, merece destaque a emergência da proposta de uma Comunidade Cooperativa (*Cooperative Commonwealth*). Surgiu impregnada por uma alternatividade contraposta ao capitalismo. Baseava-se em três vectores estruturantes: difundir os princípios e ideais cooperativos; organizar o trabalho cooperativo em todos os sectores; promover a educação (cf. Hornsby, 1988: 77).

Em segundo lugar, não pode deixar de se assinalar a realização do Congresso Cooperativo de Newport (1908), cujo principal objectivo foi o de instituir a representação cooperativa na Câmara dos Comuns. A proposta acabou por ser recusada, mas o debate havido deixou importantes sementes para o futuro.

Em terceiro lugar, há que recordar a fundação do Partido Cooperativo, em 1919, o qual viria a estabelecer um acordo com o Partido Trabalhista, em 1927, com base no qual tem tido desde então deputados seus eleitos para a Câmara dos Comuns, sob a égide do Partido Trabalhista (cf. Costa, 1956: 56 e ss; e Hornsby, 1988: 77 e ss).

Ilustram bem a atmosfera ideológica que envolvia então o cooperativismo britânico as afirmações do destacado dirigente cooperativo, J. Tweddell, quando disse: “a cooperação, o sindicalismo e o socialismo são três movimentos sociais guiados por um mesmo ideal de melhoria da sociedade”, já que “enquanto o objectivo perseguido pelo sindicalismo é o de combater o capitalismo, o da cooperação é o de o substituir”, sublinhando que havia, cada vez mais, quem olhasse “de facto o socialismo como a cooperação triunfante, o Estado socializado como coroamento do edifício cooperativo” (1909: 19).

3.6. O caso da Bélgica

Quanto à Bélgica, importa chamar a atenção para a centralidade do Partido Operário Belga como constelação de organizações, no âmbito da qual a componente cooperativa começou por ser a mais forte, até que, nos anos vinte do século passado, a proeminência se deslocou para a componente sindical (cf. Droz, 1972a: 541; Rebérioux, 1974a: 322; Puissant, 1988: 323).

Daí resultaram dois tipos de consequências. Em primeiro lugar, a estruturação do movimento cooperativo viria a obedecer a eixos político-ideológicos. Ao lado da cooperação socialista, radicada no Partido Operário Belga, emergiu um movimento cooperativo de raiz católica.

Em segundo lugar, não se colocou como problema prático o risco de uma instrumentalização das cooperativas por focos de poder exterior, embora integrados no movimento operário, uma vez que pela sua força eram elas que podiam aspirar a uma posição hegemónica, e não o contrário (cf. Puissant, 1988: 315).

3.7. O caso da Itália

No caso italiano, há que salientar o facto de o movimento cooperativo se ter estruturado a partir de eixos político-ideológicos ainda mais marcados.¹²

¹² Surgiram assim quatro organizações cooperativas de âmbito nacional: *Legha Nazionale delle Cooperative e Mutue*, a *AGCI* (Associação geral das cooperativas italianas), a *Confecooperative* (Confederação das Cooperativas Italianas) e a *UNCI* (União nacional das Cooperativas Italianas).

A componente socialista teve a sua expressão mais relevante na *Legha Nazionale delle Cooperative*, que foi uma das organizações fundadoras da Aliança Cooperativa Internacional (cf. Briganti, 1988: 200 e ss). A inserção das cooperativas no movimento operário foi bem ilustrada pelo facto de as cooperativas poderem aderir enquanto colectivos, quer ao Partido Operário Italiano (1885), quer ao Partido Socialista Italiano (1892) (cf. Trezzi, 1982: 166; Zangeri, 1987: 166).

Também no fim do século XIX, surgiu como movimento autónomo o cooperativismo católico (cf. Guichonet, 1974: 269; Ancarani, 1984: 35), ainda hoje predominantemente expresso na *Confecooperative*.

3.8. O caso da Alemanha

Para concluir este brevíssimo percurso através dos principais lugares de origem do movimento cooperativo moderno, é importante falar da Alemanha. Com um forte movimento sindical, com o partido socialista que hegemonizou a 2ª Internacional, o Partido Social-democrata Alemão (SPD), a componente cooperativa foi claramente a menos relevante da constelação operária (cf. Droz, 1972b: 408).

Em contrapartida, fora do movimento operário, o cooperativismo agrário e camponês teve na Alemanha uma especial pujança. Tendencialmente mais imediatista, procurou prosseguir os interesses económicos dos respectivos membros, conformando-se implicitamente com a perenidade do capitalismo.

Nele se destacaram, como figuras tutelares e pioneiras, mas de tendências diferentes, Schulze-Delitzch e Raiffeisen (Cf. Eisenberg, 1986: 148 e ss). O primeiro, de orientação liberal, centrou-se particularmente na cooperação de crédito, envolvendo artesãos e pequenos comerciantes. O segundo, conservador de inspiração cristã, apostou especialmente na intervenção nos meios rurais, também com destaque para a cooperação de crédito (cf. Drimer, 1975: 245; e Dowe, 1988: 27).

3.9. Conclusão

3.9.1. Com esta selecção de relances sobre o trajecto inicial do movimento cooperativo, procurou tornar-se nítida a pertença do movimento cooperativo ao movimento operário,

evidenciar-se como nele se enraizaram as experiências cooperativas. Procurou mostrar-se como se entrelaçaram tensões e problemas, como se teceu a autonomia da cooperatividade sem a separar das suas raízes; ou seja, de como a autonomia das cooperativas não suscitou a sua exclusão da constelação que foi o movimento operário.

3.9.2. Neste contexto, vale a pena recordar o simbólico ano de 1910, que merece uma particular referência por nele terem decorrido dois importantes congressos internacionais, cujas decisões têm a ver com o que estivemos a tratar.

Em Copenhague, decorreu o Congresso da 2ª Internacional, onde foi reconhecida a autonomia do movimento cooperativo e a conveniência da unidade das forças cooperativas dentro de cada país.

Em Hamburgo, decorreu o Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, que saudou expressamente a resolução do Congresso Socialista, assumindo a oposição entre o ideal cooperativo e o capitalismo (cf. Henry, 1987: 270; e Watkins, 1971: 93).

3.9.3. De tudo o que se acaba de dizer, resulta que a pertença do movimento cooperativo ao movimento operário, no sentido de ter tido nele a sua génese, de ter o seu código genético por ele marcado, conduziu o cooperativismo a uma conexão íntima com o socialismo.

A importância, quer dessa génese, quer dessa conexão, não devem fazer esquecer que houve e há experiências cooperativas socialmente muito distantes do movimento operário e alheadas da luta pelo socialismo, mas que, no entanto, não renegaram a matriz cooperativa consubstanciada nos princípios de Rochdale.

A inserção das cooperativas no movimento operário e a sua conexão com o socialismo estão longe de implicar uma harmonia permanente e de conduzir a uma relação linear entre elas e os outros tipos de organização oriundos desse movimento.

A matriz “rochdaleana” da identidade cooperativa reflecte bem essa génese, não chocando com a conexão mencionada.

4. Contributos para a procura de um horizonte cooperativo

4.1. Introdução

4.1.1. O primeiro contributo que pode ser dado na busca desse horizonte é o de nos interrogarmos sobre o sentido que pode ter procurar atingir um horizonte cooperativo, ou seja, procurar pensar o cooperativismo valorizando o conceito de horizonte.¹³

Olhar para o futuro das cooperativas, para o futuro do movimento cooperativo, encarando-o como um horizonte de renovação e de esperança, significa que se subalterniza a noção de projecto cooperativo, por se considerar que é demasiado fechada e redutora, e até excessivamente homogeneizante. Nesse sentido, pode dizer-se que o conceito de projecto tem uma vocação menos pluralista e de menor abertura do que o de horizonte, estando mais sujeito a um excesso de voluntarismo que sucumba à facilidade de se esquecer do real.

Mas esse olhar significa também que o capitalismo não é o fim da história, pelo que há muito se vem gerando dentro de si próprio um pós-capitalismo.

E significa ainda que o fenómeno cooperativo se inscreve no futuro como uma probabilidade ou, pelo menos, como uma forte possibilidade, vocacionado para qualificar, apressar e até antecipar esse futuro.

4.1.2. Se o cooperativismo realizar o essencial das suas potencialidades históricas, incorporar-se-á decerto no pós-capitalismo, como uma das suas partes integrantes. Em que termos e em que medida, é o que poderemos imaginar, a partir da realidade presente, do trajecto histórico que nos trouxe até aqui e da ambição utópica a que não queremos renunciar.

Deve salientar-se que as potencialidades futurantes do movimento cooperativo são naturalmente condicionadas pelo seu código genético, pelo que não podem ser o resultado de uma imaginação aleatória. Por isso, compreender-lhe a génese e o sentido histórico, tal como se procurou fazer, é um elemento decisivo para a qualificação da perspectiva futurante de um horizonte cooperativo. Neste sentido, pode afirmar-se que é a importância da imaginação cooperativa que valoriza o seu código genético, o qual, reciprocamente, acaba por ser uma das mais relevantes condições da eficácia dessa imaginação.

¹³ Em 2001, saiu um livro de minha autoria, cujo título foi, precisamente, *Horizonte Cooperativo – política e projecto*. Aí, nas páginas 5 e ss, pode encontrar-se uma síntese desta perspectiva.

4.1.3. Para se situar e compreender a razão de ser da ideia actual de um horizonte cooperativo, vale a pena recordar três aspectos da história do século passado:

- O fenómeno cooperativo foi instrumentalizado e secundarizado, no quadro do modelo soviético;
- A social-democracia e o socialismo democrático europeus desconsideraram, na prática, a componente cooperativa;
- O papel das cooperativas no processo de descolonização e do desenvolvimento pós-colonial foi exíguo.

É certo que não se gerou, em nenhum dos três casos, uma atitude anti-cooperativa, ostensiva e generalizada, tendo até, pelo contrário, existido uma atmosfera de razoável simpatia. Mas, na prática, foi recusado ao movimento cooperativo qualquer papel estruturante e estratégico.

É certo que emergiu na doutrina cooperativa o conceito de sector cooperativo como elemento necessário a uma economia mista (cf. Fauquet, 1979: *passim*). Mas, sem minorizar a sua importância, até como elemento mediador na emergência do conceito de horizonte cooperativo, não se está perante algo de relevo comparável ao dos três tópicos acabados de referir.

4.2. Sentido de um horizonte cooperativo

4.2.1. Para compreender melhor o sentido de um horizonte cooperativo, deve valorizar-se o que há de específico nas cooperativas. Anima-as um princípio activo que não é o lucro, sendo por isso movidas por uma lógica própria.

Representam, em si mesmas, um enriquecimento cultural, quer dos cooperadores enquanto indivíduos, quer delas próprias enquanto experiências organizativas de um tipo particular. De facto, a cooperatividade, embora valha pelos resultados a que conduz, ou pelas externalidades solidárias que suscite, vale também como experiência vivida, como reflexo e elemento de propulsão endógena da mudança. Liga-a uma sinergia natural às dinâmicas de natureza solidária. Qualifica a solidariedade, afastando-a do assistencialismo.

4.2.2. Por isso, na actual fase da globalização capitalista, as cooperativas vivem para um horizonte de resistência, estando vocacionadas para uma globalização contra-hegemónica, solidária, não predatória, emancipatória.¹⁴

A esta luz, é central a relação entre cooperativismo e capitalismo. Pode dizer-se que o cooperativismo não poderá dar todos os seus frutos, não poderá impregnar a sociedade plenamente com a sua lógica, na vigência do sistema capitalista. Nessa medida, o pleno desabrochar do cooperativismo implica um pós-capitalismo. Por outras palavras, para se alcançar plenamente um horizonte cooperativo é necessário ter-se chegado a um pós-capitalismo.¹⁵

Naturalmente, não é esta uma posição pacífica no quadro da doutrina cooperativa. Opõe-se-lhe a ideia de que o verdadeiro sentido do cooperativismo é o de ser uma componente interna do próprio capitalismo, um factor de equilíbrio, pela função compensatória que desempenha.

A sua génese, a sua lógica e a sua energia alternativa tornam esta hipótese pouco sustentável, se for encarada como hipótese exclusiva. No entanto, nada impede que se veja no cooperativismo um elemento de compensação imediata de algumas das consequências mais penalizadoras do capitalismo e simultaneamente um alfofre de um futuro diferente. Aliás, a cooperatividade é, em grande medida, uma combinação subtil entre pragmatismo imediato e ambição utópica.

Neste sentido, o cooperativismo é uma síntese e uma tensão entre pragmatismo e utopia, entre a utilidade imediata e a alternatividade prospectiva. Ao propô-lo como horizonte pós-capitalista, está a valorizar-se esta última vertente, tal como ao sustentar-se a sua inserção completa no capitalismo se está a valorizar a sua vertente pragmática e imediatista (ou, talvez, a tentar reduzi-lo ao imediatismo, para o separar do futuro).

4.2.3. Também não parece convincente olhar para o horizonte cooperativo como alternativa global ao capitalismo, que disputa ao socialismo o preenchimento completo

¹⁴ Uma excelente ajuda para uma plena compreensão e enquadramento da problemática da globalização pode encontrar-se em Boaventura de Sousa Santos, “Os processos de globalização” (pp. 31-106), 1º capítulo do livro *Globalização: fatalidade ou utopia?* (2001), por si organizado, que é o primeiro volume da série *A Sociedade Portuguesa perante os Desafios da Globalização*.

¹⁵ Valorizando um outro ângulo de abordagem desta problemática, veja-se Pinho, 1966: *passim*.

do pós-capitalismo. Toda a sua história o afasta desta hipótese, já que as vias que poderiam conduzir até aqui deixaram há muito de ter quem as percorresse.¹⁶

Mais sentido parece ter encará-lo como um dos aspectos e um dos vectores de um horizonte socialista,¹⁷ principalmente se assumirmos a procura deste último como um processo complexo de permanente democratização da sociedade, distante da exclusividade do protagonismo do Estado como seu propulsor. Ou seja, se virmos no trajecto para um horizonte socialista um processo de transformação endógena da sociedade em que as práticas cooperativas assumem a dupla face de procura do futuro e de uma das suas vivências antecipadas. Se o vivermos como um processo de permanente irradiação da igualdade, bem como da criatividade dos indivíduos e das organizações, como um processo de permanente humanização da sociedade, como o culminar de uma ecologia política.

4.2.4. Se o horizonte socialista for o rosto historicamente afirmado do pós-capitalismo, do qual nos separa um processo de amadurecimento democrático prolongado, isso implica necessariamente o recurso ao reformismo como método de transformação social.

Ora, o cooperativismo harmoniza-se bem com o reformismo. O movimento cooperativo é um elemento aproveitável por qualquer estratégia reformista, por implicar uma lenta sedimentação de realizações sociais e económicas.

E assim se encontra mais um elemento de convergência entre o cooperativismo e o socialismo, reforçando-se a ideia de que o horizonte cooperativo é um elemento insubstituível de um horizonte socialista.¹⁸

4.2.5. Num balanço final podemos pois afirmar que, se o caminho para este horizonte não é apenas uma tarefa do Estado, é natural que um protagonismo particular seja assumido pelas entidades e pelas práticas que, não sendo públicas, traduzem uma resistência à lógica capitalista dominante.

Se esse caminho for percorrido com base numa estratégia reformista, a componente cooperativa insere-se nesse tipo de estratégia com naturalidade.

¹⁶ A propósito da conexão entre socialismo e cooperativismo, pode ver-se Sérgio, 1947 e 1948: *passim*; e ainda Namorado, 2001: 7 e ss.

¹⁷ Em 28 de Janeiro de 1992, foi publicado no *Jornal de Letras* (Lisboa), um texto meu, cujo título foi “Horizonte Socialista – valores, princípios, estratégia”.

¹⁸ Como exemplo de uma perspectiva diferente quanto à relação entre cooperativismo e socialismo, pode ver-se Lavergne, 1971: *passim*.

Se o horizonte socialista implica uma democracia nos próprios processos produtivos, no próprio protagonismo empresarial, então as cooperativas são um exemplo prático desse tipo de funcionamento democrático.

Se esse horizonte reflecte também uma economia social amadurecida e uma economia solidária em expansão, as cooperativas integram esses conjuntos e participam nessas dinâmicas.

Assim, conceber o horizonte cooperativo como aspecto do horizonte socialista, inscreve-se adequadamente no desenvolvimento histórico, não contraria as lógicas em jogo, nem embaraça as dinâmicas em causa.

5. Conclusão

Procurei apresentar uma perspectiva a partir da qual se pode valorizar o horizonte cooperativo como meta histórica e como referência estratégica, ciente de que estive longe de esgotar os temas abordados e de que podem ter escapado tópicos relevantes. Nesta circunstância, espero ter conseguido, pelo menos, agitar ideias e aventar hipóteses que valha a pena explorar.

Entretanto, como conclusão de tudo o que disse, julgo útil salientar que a ideia de um horizonte cooperativo implica uma permanente abertura aos desafios concretos de cada sociedade e uma ambição utópica sustentada quanto ao futuro. Mas esta ousada ambição só ficará protegida de pulsões e impulsos dissipatórios, se funcionar em completa consonância com a identidade cooperativa, consubstanciada nos valores e princípios assumidos pela Aliança Cooperativa Internacional.

Referências bibliográficas

- Ancarani, Giovanni (1984), “Le Istituzioni Cooperative nella Storia della Società Italiana”, in *La Cooperazione per un Progetto della Società Italiana*. Milão: Franco Angeli.
- Bedarida, François (1972a), “Le socialisme anglais de 1848 à 1875”, in *Histoire Générale du Socialisme*, (Vol. 1). Paris: PUF.
- Bedarida, François (1972b), “Le socialisme en Angleterre jusqu'en 1848”, in *Histoire Générale du Socialisme* (Vol. 1). Paris: PUF.
- Bellocchi, Ugo (org.) (1986), *Il Pensiero Cooperativo dalla Bibia alla Fine dell' Ottocento*, (Vols.I, II e III). Regio Emilia: Tencostampa.
- Briganti, Walter (1988), “I Rapporti fra I Cooperatori Italiani e Stranieri e in Particolare fra la Lega Nazionale delle Cooperative e l'ACI”, in *Il Movimento Cooperativo nella Storia d'Europa*. Milão: Franco Angeli Editore.
- Costa, Fernando Ferreira da (1956), *O Movimento Cooperativo Britânico*. Lisboa: Edição do Autor.
- Desroche, Henri (1976), *Le Projet Coopératif*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- Dowe, Dieter (1988), “Le unioni di cooperative commerciali, agrarie e di consumo in Germania nel XIX e XX secolo”, in *Il Movimento Cooperativo nella Storia d'Europa*. Milão:, Franco Angeli Editore.
- Drimer, Alicia Kaplan; Drimer, Bernardo (1975), *Las Cooperativas – Fundamentos – Historia – Doctrina*, (2ª Ed.). Buenos Aires: Intercoop.
- Droz, Jacques (1972a), “Les débuts du socialisme belge”, in *Histoire Générale du Socialisme* (vol. I). Paris: PUF.
- Droz, Jacques (1972b), “Les origines de la social-démocratie allemande”, in *Histoire Générale du Socialisme* (vol. I). Paris: PUF.
- Eisenberg, Christiane (1986), “Il movimento cooperativo tedesco (1850-1914): fattori di sviluppo economici e sociopolitici”, in *Le imprese Cooperative in Europa*. Pisa: Nistri-Lischi.
- Fauquet, Georges (1979), *O Sector Cooperativo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Fournière, Eugène (1910), *L'Unité Coopérative*. Paris : Marcel Rivière.
- Gide, Charles (1974), *El Cooperativismo*. Buenos Aires: Intercoop.
- Guichonnet, Paul (1974), “Le Socialisme italien des origines à 1914”, in *Histoire Générale du Socialisme vol.2*). Paris: PUF.
- Henry, André (1987), *Serviteurs d'Idéal* (vol. 1). Paris: Centre Fédéral/FEN.
- Holyoake, Jorge J. (1973), *Historia de los Pioneros de Rochdale*. Saragoça: AECOOP.
- Hornsby, Malcom (1988), “La cooperazione nel Regno Unito – 1886-1986”, in *Il Movimento Cooperativo nella Storia d'Europa*. Milão: Franco Angeli.
- Jaurès, Jean (1977), “L'unité coopérative”, *Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement*, 41-42.
- Kriegel, Annie (1968), *Las Internacionales Obreras*. Barcelona: Ediciones Martínez Roca.
- Kriegel, Annie (1972), “L'Association Internationale des Travailleurs (1864-1876)”, in *Histoire Générale du Socialisme*, (T. 1). Paris: PUF.

- Kriegel, Annie (1974), “La II^e Internationale (1889-1914)”, in *Histoire Générale du Socialisme* (Vol. 1). Paris: PUF.
- Lavergne, Bernard (1971), *Le socialisme à visage humain (l'ordre coopératif)*. Paris: PUF.
- Macpherson, Ian (1996), *Princípios Cooperativos para o Século XXI*. Lisboa: INSCOOP.
- Marx, Karl (1973), “O Cooperativismo”, in *Cooperativismo e Socialismo*. Coimbra: Centelha.
- Mauss, Marcel (1977), “Rapport sur les relations internationales”, *Archives Internationales de Sociologie de la Coopération et du Développement*, 41-42.
- Mladenatz, Gromoslav (1969), *Historia de las Doctrinas Cooperativas*. Buenos Aires: Intercoop.
- Morley-Fletcher, Edwin (1986), “Certezza per rischiare, competere per cooperare: una introduzione”, in *Cooperare e Competere* (vol. I). Milão: Feltrinelli.
- Namorado, Rui (1992), “Horizonte Socialista – valores, princípios, estratégia”, *Jornal de Letras*, 28/01/1992.
- Namorado, Rui (1995), *Os Princípios Cooperativos*. Coimbra: Fora do Texto.
- Namorado, Rui (2000), *Introdução ao Direito Cooperativo*. Coimbra: Almedina.
- Namorado, Rui (2001), *Horizonte Cooperativo*. Coimbra: Almedina.
- Namorado, Rui (2005), *Cooperatividade e Direito Cooperativo*. Coimbra: Almedina.
- Pinho, Diva Benevides (1962), *Dicionário de Cooperativismo*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Pinho, Diva Benevides (1966), *A Doutrina Cooperativa nos Regimes Capitalista e Socialista*. São Paulo: Livraria Pioneira Editôra.
- Pinho, Diva Benevides (2004), *O Cooperativismo no Brasil – da vertente pioneira à vertente solidária*. São Paulo: Editora Saraiva.
- Puissant, Jean (1988), “La cooperazione in Belgio: una speranza parzialmente delusa”, in *Il Movimento Cooperativo nella Storia d'Europa*. Milão: Franco Angeli.
- Rebérioux, Madeleine (1974a), “Le socialisme belge de 1875 à 1914”, in *Histoire Générale du Socialisme*, (Vol. 2). Paris: PUF.
- Rebérioux, Madeleine (1974b), “Le Socialisme français de 1871 à 1914”, in *Histoire Générale du Socialisme*, (Vol.2). Paris: PUF.
- Santos, Boaventura de Sousa (org.) (2001), *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, António (1947), *Alocução aos Socialistas*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Sérgio, António (1948), *Confissões de um Cooperativista*. Lisboa: Editorial Inquérito.
- Thornes, Robin (1988), “Change and continuity in the Development of Cooperation – 1827-1844”, in *New Views of Co-operation*. Londres: Routledge.
- Trezzi, Luigi (1982), *Sindicalismo e Cooperazione Dalla Fine Dell'Ottocento All'Avento del Fascismo*. Milão: Franco Angeli.
- Tweddel, J. (1909), “La Représentation Coopérative au Parlement”, in *Coopération et Socialisme en Angleterre*. Paris: Librairie des Sciences Économiques et Sociales Marcel Rivière.
- Verdier, R. (1974), *Quelques Jalons de l'Histoire Coopérative*. Genebra: OIT.

Watkins, William Pascoe (1971), *L'Alliance Coopérative Internationale – 1970*. Londres: ACI.

Watkins, William Pascoe (1977), *El Movimiento Cooperativo Internacional*, Buenos Aires, Intercoop.

Zangheri, Renato (1987), “Nascita e primi sviluppi”, in *Storia del movimento cooperativo in Italia*. Turim : Giulio Einaudi editore.